

SUMÁRIO

1	TUTELA PROVISÓRIA	17
1.	Introdução	17
2.	Tutela provisória e liminar	17
3.	Tutela provisória	18
3.1.	Tutela provisória de urgência	20
3.1.1.	Tutela provisória de urgência antecipada	21
3.1.1.1.	Tutela provisória de urgência antecipada antecedente	21
3.1.1.2.	Modelo de peça prática de tutela provisória de urgência antecipada antecedente	23
3.1.1.3.	Estrutura básica do aditamento da petição inicial com requerimento de tutela provisória de urgência antecipada antecedente	26
3.1.1.4.	Modelo de aditamento do requerimento de tutela provisória de urgência antecipada antecedente	27
3.1.1.5.	Estabilização da tutela provisória de urgência antecipada antecedente	29
3.1.2.	Tutela provisória de urgência cautelar	30
3.1.2.1.	Tutela provisória de urgência cautelar antecedente	30
3.1.2.2.	Estrutura básica de tutela provisória de urgência cautelar antecedente	31
3.1.2.3.	Modelo de peça prática de tutela provisória de urgência cautelar antecedente	32
3.2.	Tutela provisória de evidência	35
3.3.	Artigos relevantes e Quadro Sinótico	36
2	COMPETÊNCIA	39
1.	Competência internacional e interna	39
1.1.	Competência interna exclusiva	40
1.2.	Competência interna concorrente	40
1.3.	Competência internacional exclusiva	41
2.	Competência interna	41
2.1.	Competência funcional	42
2.2.	Competência territorial	43
2.2.1.	Foro de eleição	45
2.3.	Competência objetiva	46
2.3.1.	Em razão da matéria	46
2.3.2.	Em razão do valor da causa	48
2.3.3.	Em razão da pessoa	50

3. Regra prática de fixação de competência.....	51
4. Modelos de endereçamento de peças processuais.....	52

3 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS 53

1. Parâmetros de fixação dos honorários advocatícios.....	54
2. Sucumbência recursal	55
3. Honorários advocatícios em cumprimento de sentença	55
4. Modelos de requerimentos de fixação de honorários advocatícios	56
5. Processos sem incidência de honorários e artigos relevantes	56

4 INTERVENÇÃO DE TERCEIROS 57

1. Assistência	58
1.1. Assistência simples	58
1.2. Assistência litisconsorcial	59
1.3. Modelo de pedido de assistência	60
2. Denúnciação da lide.....	61
2.1. Modelo de pedido de denúnciação da lide	63
3. Chamamento ao processo.....	63
3.1. Modelo de pedido de chamamento ao processo	64
4. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	64
4.1. Modelo de incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	66
5. <i>Amicus curiae</i>	69
6. Quadro-resumo das modalidades de intervenção de terceiros.....	70

5 PETIÇÃO INICIAL 73

1. Como identificar que a peça é uma petição inicial.....	73
2. Qual o nome que deve constar no preâmbulo da petição inicial para indicar a ação?.....	74
3. Requisitos da petição inicial.....	79
3.1. Endereçamento (art. 319, I, do CPC).....	79
3.2. Qualificação (art. 319, II, do CPC)	81
3.3. Fatos e fundamentos jurídicos (art. 319, III, do CPC).....	83
3.4. Fundamentos jurídicos (do direito)	84
3.5. Pedido (art. 319, IV, do CPC)	85
3.6. Requerimentos	86
3.7. Valor da causa.....	88
3.8. Encerramento da peça	88
4. Modelo de peça prática de ação de conhecimento pelo procedimento comum com pedido de tutela provisória de urgência antecipada	90
5. Artigos importantes	94

6 CONTESTAÇÃO 95

1. Como identificar que a peça é uma contestação	97
2. Prazo para oferecer contestação	97
3. Contestação.....	98
3.1. Preliminares	98
3.2. Mérito.....	101
3.3. Questões incidentais	102
3.3.1. Intervenção de terceiros.....	102
3.3.2. Reconvencção	103
3.3.2.1. Modelo de peça prática de contestação com reconvencção.....	106

7	RAZÕES FINAIS	109
1.	Noções gerais.....	109
2.	Modelo de peça de razões finais	110
8	EMENDA DE PETIÇÃO INICIAL	115
1.	Noções gerais.....	115
2.	Estrutura da peça e requisitos	116
3.	Modelo	117
9	ADITAMENTO DE PETIÇÃO INICIAL E RECONVENÇÃO	119
1.	Noções gerais.....	119
2.	Estrutura da peça e requisitos	121
3.	Modelo	122
10	PEDIDO DE CANCELAMENTO DE AUDIÊNCIA	123
1.	Noções gerais.....	123
2.	Estrutura da peça e requisitos ao réu	124
3.	Modelo simples para o réu	125
11	RÉPLICA	127
1.	Noções gerais.....	127
2.	Quando deve ser oportunizada a apresentação de réplica	127
3.	Como identificar que a peça é uma réplica.....	127
4.	Prazo para apresentação	128
5.	Fundamentação (teses) e pedidos	128
6.	Estrutura básica da peça	133
7.	Modelo de réplica.....	134
12	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	139
1.	Introdução	139
1.1.	Noções gerais.....	141
1.2.	Hipóteses de cabimento	141
1.3.	Espécies de consignação em pagamento.....	143
2.	Como identificar que a peça é uma réplica.....	143
2.1.	Questões processuais e práticas importantes	144
2.2.	Estrutura básica da ação de consignação em pagamento	144
2.3.	Modelo de ação de consignação em pagamento com pedido de tutela provisória de urgência antecipada	145
3.	Ações possessórias	149
3.1.	Introdução	149
3.2.	Diferença de possessória (reintegração, manutenção ou interdito proibitório), reivindicatória e imissão na posse.....	149
3.3.	Modalidades das ações possessórias	150
3.3.1.	Reintegração de posse.....	150
3.3.2.	Manutenção de posse.....	150
3.3.3.	Interdito proibitório	151
3.4.	Disposições gerais das ações possessórias	151
3.5.	Procedimento da reintegração e manutenção de posse: liminar ou tutela provisória de urgência antecipada?	152

3.6. Estrutura básica das ações de reintegração e manutenção de posse.....	153
3.7. Modelo de ação de reintegração de posse	155
3.8. Estrutura básica do interdito proibitório.....	158
3.9. Modelo de peça prática de interdito proibitório	160
3.10. Artigos relevantes	163
4. Ação monitória.....	163
4.1. Estrutura básica da ação monitória	165
4.2. Modelo de ação monitória.....	167
4.3. Artigos relevantes.....	169
5. Oposição	169
5.1. Introdução	169
5.2. Estrutura básica da oposição	170
5.3. Modelo de peça prática de oposição	171
6. Embargos de terceiro	173
6.1. Introdução	173
6.2. Estrutura básica dos embargos de terceiro	175
6.3. Modelo de peça prática de embargos de terceiro	176
6.4. Artigos relevantes.....	181
7. Ação de exigir contas.....	181
7.1. Noções Gerais.....	181
7.2. Cabimento	181
7.3. Como Identificar a Peça	182
7.4. Questões Processuais e Práticas Importantes	183
7.5. Estrutura Básica da Peça.....	184
7.6. Modelo de Ação de Exigir Contas	185
8. Divisão e demarcação de terras particulares.....	187
8.1. Introdução	187
8.2. Ação demarcatória	188
8.3. Ação de divisão	189
8.4. Estrutura da peça e requisitos	189
8.5. Modelo de demarcação de terras.....	191
8.6. Modelo de divisão de terras	193
9. Ação de dissolução parcial de sociedade	195
9.1. Introdução	195
9.2. Procedimento	196
9.3. Identificação da peça	197
9.4. Estrutura básica da peça.....	197
9.5. Modelo de ação de dissolução parcial de sociedade	198
9.6. Principais artigos de direito processual e direito material	201
10. Inventário e partilha.....	202
10.1. Introdução.....	202
10.2. Extrajudicial.....	203
10.3. Inventário tradicional ou comum.....	203
10.3.1. Estrutura básica da peça	208
10.3.2. Modelo de peça de inventário	209
10.4. Arrolamento sumário.....	211
10.4.1. Estrutura básica da peça	212
10.4.2. Modelo de peça de inventário pelo rito de arrolamento sumário.....	213
10.5. Arrolamento comum.....	216
10.5.1. Estrutura básica da peça	216
10.5.2. Modelo de peça de inventário pelo rito de arrolamento comum.....	217
11. Ações de família.....	220
11.1. Introdução.....	220
11.2. Estrutura da ação de divórcio litigioso	222

11.3. Modelo de petição inicial de divórcio litigioso.....	223
11.4. Estrutura da ação de divórcio consensual.....	226
11.5. Modelo de petição inicial de divórcio consensual.....	227
11.6. Estrutura da ação declaratória de reconhecimento e dissolução de união estável....	230
11.7. Modelo de ação de reconhecimento e dissolução de união estável.....	231
11.8. Estrutura de ação de alimentos.....	234
11.9. Modelo de ação de alimentos.....	235
11.10. Estrutura de ação de revisional de alimentos.....	239
11.11. Estrutura de ação de exoneração de alimentos.....	240
11.12. Estrutura da ação de alimentos gravídicos.....	241
11.13. Modelo da ação de ação de alimentos gravídicos.....	242
11.14. Estrutura de ação de regulamentação de guarda e convivência familiar (visitas) .	245
11.15. Modelo de ação de regulamentação de guarda e convivência familiar.....	247
11.16. Estrutura de ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos.....	250
11.17. Modelo de ação de investigação de paternidade cumulada com pedido de ali- mentos.....	251
12. Alteração do regime de bens.....	256
12.1. Introdução.....	256
12.2. Estrutura da ação para a alteração de regime de bens.....	257
12.3. Modelo de ação para a alteração de regime de bens.....	258
13. Alienação parental.....	261
13.1. Introdução.....	261
13.2. Estrutura da ação de alienação parental.....	263
13.3. Modelo de ação declaratória de alienação parental.....	264
14. Alienação judicial de bens de crianças, adolescentes, tutelados ou curatelados.....	268
14.1. Introdução.....	268
14.2. Estrutura da ação de alienação de bens de criança ou adolescente.....	269
14.3. Modelo da ação de alienação de bens de criança ou adolescente.....	269
15. Testamento.....	272
15.1. Introdução.....	272
15.2. Estrutura da ação de registro de testamento.....	275
15.3. Modelo de peça de ação de registro de testamento público.....	276
16. Curatela (interdição) e tomada de decisão apoiada.....	278
16.1. Introdução.....	278
16.2. Tomada de decisão apoiada.....	278
16.3. Estrutura da ação de tomada de decisão apoiada.....	280
16.4. Estrutura da ação de curatela (interdição).....	280
16.5. Modelo da ação de interdição.....	282
17. Homologação de penhor legal.....	284
17.1. Introdução.....	284
17.2. Estrutura da peça e requisitos.....	285
17.3. Modelo de homologação de penhor legal.....	286
18. Ação de regulação de avaria grossa.....	289
18.1. Introdução.....	289
18.2. Procedimento.....	290
18.3. Estrutura básica da peça.....	291
18.4. Modelo de ação de regulação de avaria grossa.....	292
18.5. Principais artigos de direito processual e direito material.....	294
19. Ações locatícias (Lei n. 8.245/91).....	294
19.1. Introdução.....	294
19.2. Disposição da legislação: direito material e processual.....	295
19.3. Direito material.....	295
19.3.1. Partes no contrato de locação.....	295
19.3.2. Sucessão e sub-rogação locatícia.....	296

19.3.3. Aluguel	296
19.3.4. Deveres do locador e do locatário.....	297
19.3.5. Alienação do imóvel com contrato de locação em vigência	297
19.3.6. Benfeitorias	298
19.3.7. Garantias locatícias	299
19.3.8. Das penalidades civis e criminais e das nulidades.....	300
19.3.9. Das modalidades de locação de imóvel urbano.....	300
19.4. Direito processual.....	301
19.4.1. Ação de despejo	302
19.4.1.1. Fundamentos da ação de despejo.....	304
19.4.1.2. Estrutura básica da ação de despejo.....	304
19.4.1.3. Modelo de ação de despejo	306
19.4.2. Ação de consignação em pagamento	309
19.4.2.1. Estrutura básica da ação de consignação em pagamento.....	311
19.4.2.2. Modelo de peça prática de ação de consignação de pagamento de aluguéis e acessórios da locação	312
19.4.3. Ação revisional de aluguel	315
19.4.3.1. Estrutura básica da ação revisional de aluguel.....	315
19.4.3.2. Modelo de peça prática de ação revisional de aluguel.....	317
19.4.4. Ação renovatória	320
19.4.4.1. Estrutura básica da ação renovatória de aluguel	322
19.4.4.2. Modelo de peça prática de ação renovatória.....	322
20. Ação de Busca e Apreensão.....	325
20.1. Introdução.....	325
20.2. Procedimento.....	326
20.3. Estrutura básica da peça	327
20.4. Modelo de ação de busca e apreensão.....	328
20.5. Principais artigos de direito processual e direito material.....	330

13 MANDADO DE SEGURANÇA 331

1. Introdução.....	331
2. Competência para o mandado de segurança.....	332
3. Recursos no mandado de segurança.....	333
4. Estrutura básica da peça.....	334
5. Modelo de mandado de segurança.....	335
6. Principais artigos de direito processual e de direito material	338

14 AÇÃO CIVIL PÚBLICA 339

1. Introdução.....	339
2. Estrutura da peça e requisitos	341
3. Modelo de ação civil pública.....	342

15 CUMPRIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DE PAGAR QUANTIA CERTA 345

1. Introdução.....	345
2. Estrutura da peça e requisitos	346
3. Modelo de cumprimento provisório.....	347
4. Modelo de cumprimento definitivo.....	349

16	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER OU NÃO FAZER	351
1.	Introdução	351
2.	Modelo de peça prática de cumprimento de sentença de obrigação de fazer	351
17	EXECUÇÃO	355
1.	Introdução	355
2.	Endereçamento	356
3.	Modelo de peça prática de execução de título executivo extrajudicial	358
4.	Artigos importantes	360
18	PETIÇÃO DE PARCELAMENTO	361
1.	Introdução	361
2.	Procedimento	361
3.	Estrutura básica da peça	362
4.	Modelo de requerimento de parcelamento.....	363
5.	Artigo importante.....	365
19	EMBARGOS À EXECUÇÃO	367
1.	Introdução	367
2.	Estrutura da peça e requisitos	368
3.	Modelo de embargos à execução.....	370
20	PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS	375
1.	Introdução	375
2.	Homologação de Sentença Estrangeira e Concessão de Exequatur à Carta Rogatória...	375
2.1.	Estrutura básica de ação de homologação de sentença estrangeira	377
2.2.	Modelo de peça prática de ação de homologação estrangeira	378
3.	Ação rescisória	380
3.1.	Estrutura básica da ação rescisória.....	383
3.2.	Modelo de ação rescisória	384
4.	Reclamação	386
4.1.	Estrutura básica de reclamação.....	387
4.2.	Modelo de peça prática de reclamação.....	388
5.	Quadro sinótico das ações de competência originária dos tribunais.....	392
6.	Incidentes processuais em julgamento no Tribunal.....	393
6.1.	Incidente de assunção de competência	393
6.2.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade em controle difuso	393
6.3.	Incidente de conflito de competência.....	393
6.4.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	393
21	RECURSOS	395
1.	Aspectos práticos gerais.....	395
1.1.	Como identificar que a peça é um recurso	395
1.2.	Pronunciamentos judiciais.....	396
1.3.	Atos x recursos	398
1.4.	Situações peculiares	398
1.5.	Questões práticas comuns a todos os recursos.....	398
1.6.	Recurso adesivo – art. 997 do CPC	401

1.7. Efeito suspensivo nos recursos.....	402
1.8. Recursos nos Juizados	403
1.9. Recursos em mandado de segurança.....	405
2. Apelação	406
2.1. Aspectos gerais.....	406
2.2. Estrutura da peça	410
2.3. Modelo de apelação.....	411
2.4. Efeito suspensivo em apelação.....	420
2.4.1. Modelo de pedido de efeito suspensivo em apelação	421
3. Embargos de declaração.....	423
3.1. Aspectos gerais.....	423
3.2. Modelo de embargos de declaração.....	425
4. Agravos	428
4.1. Agravo de instrumento.....	429
4.1.1. Cabimento.....	429
4.1.2. Efeito suspensivo ou tutela antecipada recursal?.....	432
4.1.3. Modelo de agravo de instrumento	432
4.2. Agravo interno.....	439
4.2.1. Aspectos gerais	439
4.2.2. Modelo de agravo interno.....	440
4.3. Agravo em recurso especial e extraordinário.....	443
4.3.1. Aspectos gerais	443
4.3.2. Modelo de agravo em recurso especial e extraordinário.....	443
5. Recursos no STJ e no STF.....	446
5.1. Recurso ordinário constitucional.....	446
5.1.1. Aspectos gerais	446
5.1.2. Modelo de recurso ordinário constitucional	448
5.2. Recurso extraordinário.....	451
5.2.1. Aspectos gerais	451
5.2.2. Modelo de recurso extraordinário.....	453
5.3. Recurso especial.....	456
5.3.1. Aspectos gerais	456
5.3.2. Modelo de recurso especial	458
5.4. Embargos de divergência.....	461
5.4.1. Aspectos gerais	461
5.4.2. Modelo de embargos de divergência	462
22 TÉCNICA DE RESOLUÇÃO DE QUESTÕES	465
1. Introdução	465
2. Orientações iniciais	465
3. Composição das questões discursivas.....	466
3.1. Identificando a problemática	466
3.2. Identificando o tema.....	468
3.3. Elaborando a resposta	469
Referências.....	475